

## Sequências de tempos em completivas finitas: restrições semânticas e efeitos na aquisição<sup>1</sup>

Anabela Gonçalves\*, Rui Marques\*, Ana Lúcia Santos\*, Purificação  
Silvano\*\*, Sandra Duarte Tavares\*

\*Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/ CLUL

\*\*Faculdade de Letras da Universidade do Porto/ CLUP

### Abstract

This paper is focused on the distribution of tenses in finite complement clauses in Portuguese. We first show that the concept of tense dependence does not explain all the restrictions to tenses in embedded clauses. Both temporal orientation and other semantic factors constrain the tenses that may occur in a complement clause. We also analyse tense sequences in a *corpus* of child spontaneous speech. In light of our previous analysis, we suggest an early restriction in child grammar: the sequences of tenses produced by the child in first stages may suggest avoidance of tense dependence.

**Keywords:** Sequences of tenses, finite complement clauses, acquisition

**Palavras-chave:** Sequências de tempos, completivas finitas, aquisição

### 1. Introdução

Diversos trabalhos sobre a sintaxe das orações completivas finitas têm recorrido ao conceito de dependência temporal para dar conta da distribuição do Conjuntivo e do Indicativo, bem como das consequências daí resultantes, nomeadamente, as sequências de tempos possíveis e a leitura (correferencial ou não) dos sujeitos encaixados. Nesses trabalhos, considera-se que as completivas com Indicativo têm um valor temporal próprio, ao contrário das completivas com Conjuntivo, temporalmente dependentes do tempo da matriz (Meireles & Raposo, 1983, 1992; Raposo, 1985; Ambar, 1992, entre outros). De acordo com estas abordagens, a (in)dependência temporal é uma propriedade estritamente lexical (dependendo, portanto, das propriedades lexicais dos verbos superiores) e dá conta de contrastes como o que se verifica entre (1) e (2), que ilustra restrições às sequências de tempos em contextos de Conjuntivo (alegadamente, de dependência temporal) mas não em contextos de Indicativo (nessas abordagens, de tempo independente):

(1) Eles querem que a guerra {acabe / \*acabasse}.(Ambar, 1992: 37)

(2) Eles {pensam / disseram} que os soldados {abandonam / abandonavam / abandonaram / abandonarão / terão abandonado} os seus postos. (*id.*: 35)

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi desenvolvido no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), no âmbito do projeto *Complement Clauses in the Acquisition of Portuguese* (CLAP), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/CLE-LIN/120897/2010). Agradecemos a Celina Agostinho e a Aida Cardoso, que codificaram os dados.

As relações diretas *indicativo-tempo independente* e *conjuntivo-tempo dependente* não são, no entanto, consensuais. Kempchinsky (1990) e Suñer & Rivera (1990), por exemplo, apresentam evidência empírica do Espanhol que permite questionar a ideia de que o Conjuntivo esteja exclusivamente associado a tempo dependente. Assim, partindo de exemplos como os apresentados em (3), concluem que o Conjuntivo pode tomar como ponto de perspectiva temporal (PPT) o tempo de enunciação ( $t_0$ ), sendo, portanto, difícil manter a ideia de que as orações de Conjuntivo são temporalmente defetivas:

(3)a. Cuando le hablé la semana pasada insistí en que se presente mañana a la una en punto.

b. Cármen les recomendó que pasen las vacaciones con ella.

(Kempchinsky, 1990: 238)

Trabalhos sobre a semântica das completivas finitas têm também chamado a atenção para o facto de nem sempre o Conjuntivo estar associado a dependência temporal (Silvano, 2002; Oliveira, 2008), como mostram os exemplos em (4): o verbo *pedir* seleciona Conjuntivo, verificando-se, no entanto, dependência temporal apenas quando o verbo da completiva se encontra no Pretérito Imperfeito.

(4)a. O Rui pediu-me que fosse falar com ele.

b. O Rui pediu-me que vá falar com ele.

Exemplos como estes mostram (i) que o Conjuntivo não se encontra associado exclusivamente a dependência temporal como vulgarmente definida (propriedade dos verbos superiores que determina que o valor temporal da oração completiva seja estabelecido pelo tempo da matriz) e (ii) que (in)dependência temporal não é uma propriedade estritamente lexical, uma vez que o mesmo verbo superior pode selecionar completivas de tempo dependente ou de tempo independente, sendo a (in)dependência temporal obtida com base nas sequências de tempos da matriz e da encaixada.

Assim, os objetivos do presente trabalho são:

(i) Compreender melhor os fatores que regulam as sequências de tempos em construções de complementação finita.

(ii) Mostrar como a avaliação das sequências de tempos em produções das crianças pode permitir levantar hipóteses sobre aquisição da subordinação completiva, nomeadamente no que diz respeito à questão da dependência temporal.

Assim, na secção 2, mostramos que a noção de dependência temporal não é suficiente para dar conta de restrições a sequências de tempos em completivas finitas e sugerimos que será necessário recorrer quer à noção de orientação temporal quer a restrições impostas pelo verbo matriz à ocorrência de tempos dêiticos na encaixada. Na secção 3, apresentamos dados de produção espontânea de crianças nos primeiros estádios de produção de subordinadas completivas, sugerindo que os dados estão de acordo com hipóteses que apontam para uma preferência por  $t_0$  como PPT para a interpretação do tempo na encaixada.

## **2. Sequência de tempos: restrições semânticas**

Como referimos na Introdução a este trabalho, o estudo das frases com completivas finitas mostra que há restrições de natureza semântica quanto às combinações de tempos verbais, que são, geralmente, explicadas através do conceito de dependência temporal. Ainda que relevante, este conceito não é suficiente para dar conta de todas as sequências de tempos. Mostraremos nesta secção que, para além da já referida (in)dependência temporal, é ainda necessário ter em consideração um outro conceito, a orientação temporal.

### **2.1. Dependência temporal**

Como mencionámos anteriormente, em estudos sintáticos sobre as relações temporais em frases com completivas, tem assumido particular relevância o conceito de dependência temporal (doravante, DT), quer em completivas finitas (Meireles & Raposo, 1983, 1992; Kempchinsky, 1990; Ambar, 1992), quer em completivas infinitivas (Raposo, 1987; Ambar, 1992). Nestes trabalhos, DT é tomada como uma propriedade lexical dos predicados superiores e, em geral, é definida como uma relação anafórica entre o tempo da encaixada e o da matriz.

De acordo com estas abordagens, o que distingue as completivas de tempo independente das completivas de tempo dependente é a presença, nas primeiras, ou de um operador TEMPO (Meireles & Raposo, 1983, 1992; Raposo, 1985) ou de um traço de Tempo semântico (Ts) em C encaixado (Ambar, 1992), que definem CP encaixado como um domínio de tempo independente do tempo da matriz. A sua ausência indica, portanto, que CP é um domínio de tempo dependente do tempo da matriz. A primeira circunstância

observar-se-ia em contextos com verbos epistémicos e declarativos, no Indicativo, e a segunda ocorreria com verbos volitivos, no Conjuntivo.

Destas análises derivam algumas consequências no que diz respeito às possibilidades de combinações de tempos gramaticais. Assim, em domínios de tempo independente, isto é, nas completivas de Indicativo, não se observariam restrições às sequências de tempos (cf. (2), repetido em (5)).

(5) Eles {pensam / disseram} que os soldados {abandonam / abandonavam / abandonaram / abandonarão / terão abandonado} os seus postos.

(Ambar, 1992: 35)

Já em domínios de tempo dependente, ou seja, nas abordagens em causa, em completivas de Conjuntivo, existiriam restrições às sequências de tempos (cf. (1), repetido em (6)).

(6) Eles querem que a guerra {acabe/\*acabasse}. (*id.*: 37)

Os verbos factivos (como *lamentar*) são considerados uma exceção à generalização de que o Conjuntivo se encontra associado a restrições às sequências de tempos, visto que, com esses verbos, são legítimas combinações que estão excluídas de contextos em que ocorrem os verbos volitivos, que selecionam, também eles, completivas finitas de Conjuntivo:

(7)a. Eles lamentaram que a guerra não {acabe / acabasse / tenha acabado / tivesse acabado / vá acabar}.

b. Eles quiseram que a guerra {\*acabe / acabasse / \*tenha acabado / \*tivesse acabado / \*vá acabar}.

O facto de os verbos factivos poderem selecionar completivas de Infinitivo flexionado introduzidas pelo determinante *o* (cf. (8)), bem como a impossibilidade de selecionarem como complementos NPs não predicativos (cf. (9a)) ou orações pequenas (cf. (10a)), tem sido notado como uma propriedade distintiva desses verbos relativamente a outros que selecionam igualmente completivas de Conjuntivo, como os volitivos (cf. (9b, 10b); Raposo, 1987; Ambar 1992, entre outros).

(8) Nós lamentamos o eles terem recebido pouco dinheiro.

(Raposo, 1987: 97)

(9)a. \*Lamento {os livros / os amigos / os brinquedos}. (Ambar, 1992: 38)

b. Os meninos querem {os livros / os amigos / os brinquedos}. (*id.*: 37)

(10)a. \*Lamento {os meninos na cama / os soldados de alerta}. (*id.*: 38)

b. Ele quer {os meninos na cama / todos os soldados de alerta}. (*id.*: 37)

O comportamento particular dos verbos factivos tem sido atribuído à natureza nominal do seu complemento frásico (Kiparsky & Kiparsky, 1971; Zubizarreta, 1982; Raposo, 1987; Ambar, 1992). Na análise de Ambar (1992), por exemplo, considera-se que os verbos factivos selecionam um complemento NP cujo N é responsável pela seleção de CP encaixado; Ts é um traço semântico intrínseco dos nomes que podem ocorrer na construção (como *facto*), pelo que CP, não sendo portador do referido traço, comporta apenas Conjuntivo. A independência temporal verificada neste contexto decorre, assim, da presença do traço Ts em N.

Estas propostas colocam-nos duas grandes questões: a primeira, relacionada com a relação entre a presença ou ausência de dependência temporal e a distribuição do Indicativo e do Conjuntivo nas completivas; a segunda, relacionada com a natureza estritamente lexical do conceito de dependência temporal.

Relativamente à primeira questão, uma observação mais atenta dos dados revela que nem sempre todas as sequências de tempos são viabilizadas em completivas analisadas como sendo de tempo independente nas propostas acima referidas (cf. (5) vs. (11)).

(11) O João decidiu que {vai / ia / \*foi / \*tinha ido / irá} ao mercado.

Por outro lado, ao contrário do previsto por essas propostas, em construções com completivas de Conjuntivo (de tempo dependente, nas mesmas propostas) podem ser viabilizadas diferentes sequências de tempos, como referimos na Introdução (cf. (12)).

(12)a. O Rui pediu que a irmã fosse ao mercado com ele.

b. O Rui pediu que a irmã vá ao mercado com ele.

Estes dados mostram que não existe uma relação direta entre a distribuição de modo (Indicativo ou Conjuntivo) e a presença ou ausência de dependência temporal. Na verdade, nem sempre as completivas de Conjuntivo definem um domínio de tempo dependente (Kempchinsky, 1990; Suñer & Rivera, 1990; Silvano, 2002; Oliveira, 2008). Vejam-se os exemplos em (12), em que são viabilizados os dois mecanismos de ligação temporal entre

as orações: há dependência temporal quando ocorre o Pretérito Imperfeito, mas não quando ocorre o Presente.

A mesma observação é válida para frases com completivas de Indicativo: nem sempre estas completivas criam um domínio de tempo independente (Silvano, 2002), como se pode verificar em (13), com dependência temporal em (a) e independência temporal em (b).

- (13) a. O João disse que tinha ido ao cinema.  
b. O João disse que vai ao cinema.

A segunda questão que se coloca decorre da possibilidade de o mesmo verbo matriz se combinar com completivas de tempo dependente (cf. (13a)) e de tempo independente (cf. (13b)). Esta possibilidade significa que DT não pode ser tomada como uma propriedade estritamente lexical dos verbos matriz (para a mesma questão, ver Duarte, Gonçalves & Santos, 2012). Dito de outra forma, dado que DT, em frases com completivas finitas, está associada a determinadas sequências de tempos, podendo o mesmo verbo superior combinar-se com completivas de tempo dependente ou de tempo independente, não é viável manter a ideia de que tal propriedade seja determinada apenas lexicalmente.

Impõe-se, portanto, uma definição clara do conceito de DT, com base semântica, que permita avaliar o seu papel na complementação verbal. Silvano (2002), sobre completivas finitas, e Gonçalves, Cunha & Silvano (2010), sobre completivas infinitivas, propõem que há DT quando o PPT da situação descrita pela frase encaixada é o intervalo de tempo ocupado pela situação representada pela frase superior. Quando a situação da frase encaixada pode assumir  $t_0$  (e não o tempo da matriz) como PPT, verifica-se independência temporal.

No caso específico das construções com completivas finitas, a aplicação estrita da noção de DT acima permite que a coocorrência de Presente na matriz e na encaixada seja entendida como um caso de DT, uma vez que as duas situações partilham o mesmo PPT,  $t_0$ . No entanto, também se pode considerar que, neste caso, o PPT da encaixada é  $t_0$ , e não o intervalo de tempo em que se localiza a situação representada na matriz, pelo que o facto de as duas situações partilharem o mesmo domínio temporal é acidental. Assim, para determinar a presença ou ausência de DT em construções com completivas finitas, as sequências PRES+PRES não são as mais relevantes.

Aplicando a já referida definição de DT aos dados em (12) e (13), que apresentam Pretérito Perfeito na matriz, obtemos a seguinte análise: nas duas frases de (a), o PPT da

situação encaixada é o intervalo de tempo no qual se localiza a situação matriz, pelo que há dependência temporal; em (b), as situações encaixadas têm como PPT  $t_0$ , não se registando, portanto, dependência temporal.

Como vimos, há verbos que permitem os dois mecanismos de ligação temporal das situações, dependência temporal e ausência de dependência temporal. Contudo, há restrições com determinados tipos de verbos. Vejam-se os seguintes exemplos, em que o verbo matriz surge no Pretérito Perfeito:

- (14) a. A Maria disse que a Rita {está/ estava} em casa.  
b. O João exigiu que a Rita {vá/ fosse} a sua casa.
- (15) a. Supus que ela {\*??está / estava} em casa.  
b. Duvidei que ela {\*??esteja / estivesse} em casa.  
c. Ele quis que a Ana lhe {\*telefone/ telefonasse}.

Os verbos superiores em (14), *dizer* e *exigir*, são compatíveis quer com o Presente, quer com o Pretérito Imperfeito, obtendo-se, respetivamente, independência e dependência temporal, enquanto os de (15), *supor*, *duvidar* e *querer*, restringem a ocorrência do tempo verbal que permite criar um domínio dependente, o Pretérito Imperfeito. Verifica-se, assim, que DT é uma propriedade lexical (há verbos superiores que não admitem completivas de tempo independente), mas não exclusivamente, uma vez que são também as sequências de tempos que permitem identificar a presença ou ausência de DT, sobretudo nos casos em que o mesmo verbo matriz permite uma completiva quer de tempo dependente quer de tempo independente.

Assim, cabe perguntar qual a propriedade estritamente lexical que distingue verbos cuja completiva pode criar um novo domínio temporal daqueles que impõem DT.

## 2.2. Orientação temporal

Para responder à questão com que termina a secção anterior, consideramos que o segundo conceito relevante na análise de sequências de tempos é o de orientação temporal (OT). De facto, a definição de DT apresentada não explica por que motivo em (16) nem todas as sequências de tempo dependente, em (a), ou de tempo independente, em (b), são viáveis:

- (16) a. O João decidiu que {\*tinha ido / ia} ao mercado. – DT  
b. O João decidiu que {\*foi / vai / irá} ao mercado. – ausência de DT

Cunha & Silvano (2006) distinguem entre verbos relativamente neutros quanto à localização das situações encaixadas (*dizer, afirmar*) e verbos que têm um papel decisivo na localização das situações representadas pelas completivas (*prometer, decidir*). Por sua vez, num estudo sobre Infinitivo flexionado, Duarte, Gonçalves & Santos (2012) defendem que a propriedade estritamente lexical envolvida na complementação infinitiva não é DT, como defendido por algumas abordagens sintáticas, mas OT, definida, naquele estudo, como uma propriedade de verbos superiores que determina a localização temporal da situação descrita na encaixada como anterior, posterior ou simultânea à descrita na matriz.

De acordo com estas propostas, a agramaticalidade de algumas combinações de tempos em (16) resulta do facto de o verbo *decidir* impor que a situação encaixada se localize num intervalo de tempo posterior ao da situação representada pela matriz. O mesmo se passa com os exemplos em (17):

- (17)a. O João prometeu que { \*tinha ido/ia / iria } ao mercado.  
 b. O João prometeu que { \*foi/vai / irá } ao mercado.

Nos dois exemplos de (17), a OT do verbo *prometer* impõe que as situações descritas pela oração encaixada sejam posteriores às situações que são descritas pela matriz (por outras palavras, *prometer*, tal como *decidir* e vários outros verbos, é prospectivo). Contudo, como se pode depreender pelas combinações de tempos gramaticais, a OT não determina se há, ou não, DT. Dependendo do tempo gramatical usado para a representar, a encaixada pode ter como PPT o tempo da matriz (17a), dando origem a um domínio dependente, ou  $t_0$  (17b), criando um domínio de tempo independente.

Em suma, a OT de verbos como *decidir* ou *prometer* permite explicar algumas restrições de sequências de tempos que se observam em construções com completivas finitas e a existência ou não de DT é uma consequência do tempo verbal usado na oração completiva.

Se o único fator responsável pelas restrições de tempo impostas pelo verbo matriz for a OT, será, então, de esperar que verbos que não determinem nenhum tipo de OT (ou, equivalentemente, que tenham uma OT não especificada) não coloquem restrições ao tempo verbal que pode ocorrer na oração completiva. Contudo, esta predição não se confirma, como mostra o seguinte exemplo<sup>2</sup>:

<sup>2</sup> O grau de aceitabilidade aumenta quando ocorre um adjunto temporal ou um adjetivo dêictico, como *próximas*.



(18) O Manuel achou que o Partido Republicano {vence / tinha vencido} as eleições.

Apesar de o verbo da frase matriz não ter OT especificada (podem-se ter crenças acerca de situações passadas, presentes ou futuras), o verbo da sua oração completiva impõe mais restrições quanto ao uso do Presente do Indicativo, que cria um novo domínio temporal. Trata-se, portanto, de um verbo que não tem OT especificada, mas que condiciona as sequências de tempos.

Assim, conclui-se que há outros fatores, para além de OT, que condicionam as sequências de tempos que são possíveis em construções com completivas finitas.

### 2.3. *Deixis e sequências de tempos*

Antes de passarmos à análise de dados como os que são ilustrados em (18), importa trazer à consideração um outro facto. O exemplo (18), em que o verbo da frase matriz flexiona no Pretérito Perfeito do Indicativo, mostra que verbos como *achar* não aceitam tão facilmente na sua oração completiva o Presente do Indicativo. No entanto, se o verbo da frase matriz estiver flexionado no Presente do Indicativo, não parecem existir restrições acerca do tempo em que pode flexionar o verbo da completiva:

(19) O Manuel acha que o Obama {vence / venceu / vencerá / terá vencido / ...} as eleições.

Assim, há dois fatores a ter em conta: o tipo de verbo que ocorre na frase matriz e o tempo em que este verbo flexiona. Como foi observado, há (i) verbos que não impõem qualquer restrição ao tempo em que flexiona o verbo da sua oração completiva, como é o caso de *dizer* ou *afirmar*, independentemente do tempo em que flexionam; (ii) verbos prospectivos, que bloqueiam, na sua oração completiva, um tempo que não indique posterioridade em relação ao intervalo de tempo em que se verifica a situação descrita na frase matriz; (iii) verbos que, não tendo uma OT especificada, impõem restrições ao tempo em que pode flexionar o verbo da sua oração completiva quando flexionam no Pretérito, mas não quando flexionam no Presente.

Começemos por considerar os casos em que o verbo da frase matriz flexiona no Presente.

Como foi dito acima, a oração completiva cria ou não um novo domínio temporal consoante o tempo em que flexiona o seu verbo. Ou seja, há independência ou dependência

temporal dependendo de o verbo da completiva flexionar num tempo que tem  $t_0$  como PPT ou num tempo que tem o intervalo de tempo em que se localiza a situação matriz como PPT. Nas construções em que o verbo da frase matriz flexiona no Presente do Indicativo, é de esperar que não se observem outras restrições acerca do tempo em que pode flexionar o verbo da completiva além das que são impostas pela OT do verbo da frase matriz. Mais concretamente, é de esperar que, com verbos que não tenham OT especificada e que estejam flexionados no Presente, todas as combinações de tempos sejam possíveis. Isto porque a situação encaixada pode ter como PPT  $t_0$ , o tempo da situação matriz ou ainda um tempo dado pelo discurso prévio. Assim, é de esperar que, se o verbo matriz flexionar no Presente do Indicativo, o tempo da oração completiva tenha acesso ao PPT que requer. Esta expectativa é confirmada, como mostra o exemplo (19): o Presente, o Pretérito Perfeito e o Futuro Simples do Indicativo têm como PPT  $t_0$ , que é também considerado na interpretação do tempo da frase matriz, pelo que as formas *vence*, *venceu* e *vencerá* têm acesso ao PPT que requerem, enquanto o Pretérito Mais-que-Perfeito e o Futuro Composto têm um PPT dado pelo discurso prévio, pelo que também as formas *tinha vencido* e *terá vencido* são admissíveis na completiva.

Posto isto, consideremos, agora, os casos em que o verbo da frase matriz flexiona no Pretérito. Por simplificação, restringimo-nos ao Pretérito Perfeito do Indicativo e consideramos na encaixada apenas o Presente do Indicativo, referindo-nos à combinação de tempos que iremos analisar como casos de PAS+PRES.

A combinação de tempos PAS+PRES é condicionada lexicalmente: é possível com verbos declarativos (como *dizer*, *afirmar* ou *garantir*, por exemplo), como visto acima, mas também com verbos factivos (e.g., *lamentar*, *surpreender*, *saber*, *descobrir*), com verbos compromissivos (e.g., *prometer*, *jurar*) e com verbos de valor deôntico (e.g., *mandar*, *permitir*). É o que mostram os seguintes exemplos:

(20) Ele disse que {está em casa / sai às 15.00h}.

(21) Nunca te surpreendeu que {haja tantas estrelas / ele venha de comboio}?

(22) Ele prometeu que {está em casa a partir das 15.00h / telefona}.

(23) O general ordenou às tropas que {estejam preparadas / se preparem} para o ataque.

Por contraste, a combinação PAS+PRES é mais restritiva com verbos volitivos (como *querer* ou *esperar*), bem como com verbos doxásticos (i.e., verbos que expressam uma atitude de crença), como *supor*, *duvidar* ou *achar*:

- (24) \*Ele {quis / esperou} que a Ana lhe telefone.  
(25) \*??{Supus / achei} que ele está em casa.  
(26) \*??Ele duvidou de que a Rita esteja em casa.

A explicação que propomos para este contraste parte de duas assunções prévias. A primeira é a de que a denotação de uma proposição é um conjunto de mundos possíveis (o conjunto dos mundos possíveis em que se verifica o estado de coisas descrito pela proposição). A segunda é a de que quer o Presente do Indicativo quer o Presente do Conjuntivo são tempos dêiticos, que apontam para o tempo de enunciação ( $t_0$ ) e o mundo real ( $w_0$ ). Normalmente, na descrição do valor semântico dos tempos verbais do Português não é feita referência a mundos possíveis, particularmente quando se trata de tempos do Indicativo, porque se consideram apenas contextos extensionais, mas existe evidência independente de que quer o Presente do Indicativo quer o Presente do Conjuntivo apontam para pares ordenados de intervalos de tempo e mundos possíveis (cf., e.o., Marques, 2010). Simplificadamente, a ideia é que uma frase com o verbo flexionado no Presente do Indicativo ou no Presente do Conjuntivo refere situações que ou se verificam no tempo de enunciação (como em *está a chover, ele sabe que estamos aqui, é pena que ninguém esteja em casa*) ou se podem verificar no tempo de enunciação (como em *talvez esteja a chover, está alguém em casa?*)<sup>3</sup>. Por outras palavras, ao usar-se uma frase com o verbo no Presente fala-se de como o mundo é ou de como é possível que seja. Naturalmente, quando se trata de “como é possível que seja”, a possibilidade é relativizada a uma entidade, que pode ser diferente do enunciador, como em *a polícia acha que a organização está desmantelada (mas está enganada / e eu concordo / será que tem razão?)* ou em *ele quer que a casa tenha três quartos*, que indica que a possibilidade de a casa ter três quartos existe (pelo menos para a entidade referida pelo sujeito da frase matriz), caso contrário, a enunciação da frase seria anómala, por oposição a *ele {queria / gostava / preferia} que a casa tivesse três quartos*. Assim, uma frase com o Presente denotará um conjunto de mundos possíveis em que o estado de coisas descrito se verifica no tempo de enunciação, conjunto esse que inclui  $w_0$  e/ou mundos alternativos a  $w_0$  doxasticamente acessíveis (para uma entidade) no contexto de enunciação. Tendo por base estas assunções, a hipótese que apresentamos para as restrições de sequências de tempos observadas é a seguinte: a combinação PAS+PRES só é possível se a denotação da proposição completiva incluir necessariamente  $w_0$ . O facto

3 Gennari (2003) discute frases como a equivalente a *os jornalistas vão pensar que o Presidente está fora da cidade*, em que o Presente do Indicativo pode ter referência temporal futura, observando que também nessa interpretação o tempo de enunciação é relevante para a interpretação do Presente.

de a denotação da oração completiva incluir ou não incluir necessariamente  $w_0$  depende do significado do verbo matriz. O caso em que mais evidentemente se observa que  $w_0$  faz parte da denotação da oração completiva é o de orações completivas selecionadas por verbos factivos. Estes indicam que a sua oração completiva é verdadeira, ou seja, que o estado de coisas descrito pela mesma se verifica em  $w_0$ . Para além dos verbos factivos, também com outras classes de verbos se verifica que a interpretação da sua oração completiva envolve necessariamente a consideração de  $w_0$ . É o caso de verbos compromissivos, como *prometer*, *ameaçar*, *jurar*, entre outros, que expressam um ato ilocutório compromissivo; ou seja, indicam que a entidade referida pelo sujeito da frase matriz assume o compromisso de realizar uma ação: essa entidade compromete-se a fazer com que a situação descrita pela oração completiva venha a ser uma realidade. O mesmo se pode dizer a respeito de verbos de valor deôntico, como *pedir* ou *ordenar*, com a diferença de que o ato ilocutório que estes verbos expressam é diretivo e não compromissivo; ou seja, a realização da ação descrita pela oração completiva é da responsabilidade de outra entidade que não a que é referida pelo sujeito da frase matriz. À parte esta diferença, e independentemente de o pedido (ou ordem ou sugestão) ser ou não atendido, a computação do significado deste tipo de verbo exige também que se considere  $w_0$  (ou melhor, uma extensão de  $w_0$  em que a situação descrita pela oração completiva é realizada). Finalmente, há a considerar os verbos declarativos, como *dizer*, *garantir* ou *afirmar*. Estes verbos expressam uma atitude de crença; indicam que a entidade referida pelo sujeito da frase matriz acredita na verdade da oração completiva (i.e., que a situação descrita por esta se verifica em  $w_0$ ) e esta é apresentada como descrevendo um facto de  $w_0$ , do mesmo modo que acontece com a asserção de frases declarativas não subordinadas, em que o enunciador expressa a sua crença na verdade da proposição que asse e a apresenta como informação factual (e.g., Heim, 1992). Ou seja, ao usar-se um verbo declarativo, mesmo que se esteja a reproduzir uma mentira de outrem, a informação que se transmite é a de que a oração completiva descreve uma situação que, de acordo com o autor da declaração, se verifica no mundo real. Assim, com todos estes tipos de verbos, a computação do significado da construção com a oração completiva exige que se considere  $w_0$  (o que não significa que todos estes verbos indiquem que a proposição completiva se verifica em  $w_0$ )

Por contraste, verbos volitivos, como *querer* ou *esperar*, e verbos doxásticos, como *achar* ou *duvidar*, expressam atitudes (de desejo, de crença, de dúvida, etc.) para com objetos virtuais, ou seja, o estado de coisas descrito pela sua oração complemento pode não

se verificar em  $w_0$ . Dito de outro modo, podem-se ter desejos que nunca se concretizam, como se podem ter crenças em proposições que são falsas. Assim, a computação do significado da oração completiva de verbos destes tipos não envolve necessariamente a consideração de  $w_0$ .

Como observado acima, com verbos volitivos (como *esperar*) e doxásticos (como *supor*), a combinação PAS+PRES tem mais restrições, contrariamente ao que se verifica com verbos factivos, compromissivos, deônticos e declarativos. A relação entre estes dois fatores – (i) legitimidade da sequência PAS+PRES e o facto de a denotação da oração completiva incluir ou não  $w_0$  – pode ser explicada como se segue. O Presente (quer do Indicativo quer do Conjuntivo) é um tempo dêitico, que aponta para  $t_0$  e para  $w_0$ . Assim, no caso de a proposição em que este tempo ocorre não incluir na sua denotação  $w_0$ , o tempo verbal não tem referência. Daí a anomalia da sequência PAS+PRES em construções em que o verbo da frase matriz não obriga a que se considere  $w_0$  na computação do seu complemento. Note-se que em casos como *o Pedro supõe, erradamente, que está alguém em casa*, a oração completiva denota um conjunto de mundos possíveis doxasticamente acessíveis à entidade referida pelo sujeito da frase matriz no contexto de enunciação (por outras palavras, a frase indica que, de acordo com o Pedro, a proposição *estar alguém em casa* verifica-se no tempo de enunciação), mas este conjunto não contém  $w_0$  (o que está de acordo com a definição do Presente proposta acima, que admite que o conjunto de mundos possíveis denotado por uma frase com o Presente sejam mundos alternativos a  $w_0$  acessíveis a uma entidade no contexto de enunciação). Mudando a flexão do verbo matriz para o Pretérito Perfeito (*\*?o Pedro supôs, erradamente, que está alguém em casa*), deixa de haver a indicação de que mundos possíveis em que se verifica *estar alguém em casa* são acessíveis para alguém no contexto de enunciação. Daí que o Presente, na oração encaixada, não tenha referência e a construção seja excluída. Analogamente, uma frase como *o Pedro espera que a Rita lhe telefone* indica que a possibilidade de a Rita telefonar ao Pedro existe (pelo menos para o Pedro), mas essa informação deixa de estar disponível ao mudar-se a flexão do verbo matriz para o Pretérito Perfeito (*\*O Pedro esperou que a Rita lhe telefone*). Pelo contrário, frases como *o Pedro {disse / prometeu} que a Rita telefona ao Paulo*, tal como frases como *o Pedro pediu que a Rita lhe telefone*, indicam que a possibilidade de a Rita fazer o telefonema existe (pelo menos para o Pedro) no tempo de enunciação, mesmo quando o verbo matriz está flexionado no Pretérito Perfeito.

### 3. Sequências de tempos na aquisição de completivas finitas

Tendo em conta a análise que apresentámos para a distribuição de diferentes sequências de tempos na gramática adulta, será então possível levantar hipóteses sobre o processo de aquisição com base na observação de sequências de tempos em completivas finitas. Em particular, destacaremos os problemas levantados à aquisição por duas questões consideradas na análise: definição do PPT da encaixada e restrições de semântica lexical sobre sequências de tempos.

No que diz respeito à definição do PPT, será relevante perceber até que ponto as sequências de tempos produzidas por crianças nos primeiros estádios de produção de subordinação completiva sugerem a possibilidade, na gramática da criança, de tomar o tempo da matriz como o PPT da encaixada. Na verdade, Hollebrandse et al. (2001) assumem que a aquisição de relações temporais na subordinação completiva, particularmente a aquisição de relações entre tempo da matriz e tempo da encaixada, é parte da própria aquisição desse tipo de frases complexas. Esta assunção baseia-se na *Complementation Hypothesis* (Hollebrandse, 2000), segundo a qual o fator crucial na aquisição de sequência de tempos é a complementação, na medida em que a criança tem de adquirir complementação para poder interpretar o tempo da encaixada de forma adulta. A seguinte afirmação é particularmente clara nesse sentido: “Children who lack complementation in their grammar will only have utterance time available for evaluating a ‘complement’ tense and cannot link it with the time of the matrix Tense.” (Hollebrandse et al., 2001). Devemos, assim, ver a emergência da possibilidade de DT como parte da emergência da subordinação completiva.

Se DT, de acordo com a definição que assumimos, deve ser vista como uma possibilidade geral da linguagem, já restrições sobre sequências de tempos que decorrem de OT, uma propriedade estritamente lexical, devem ser vistas como decorrendo de aquisição lexical, nomeadamente de aquisição de semântica lexical. Por exemplo, um verbo que selecione um complemento com OT especificada correspondendo a uma leitura de posterioridade bloqueará a sequência Pretérito Perfeito+Pretérito Perfeito ou Pretérito Mais que Perfeito. Da mesma forma, a restrição sobre a distribuição de PAS+PRES deve ser vista como resultando de aquisição lexical e, muito provavelmente, do desenvolvimento cognitivo necessário à computação do contraste entre  $w_0$  e outros mundos possíveis.

Neste trabalho, relatamos os resultados preliminares da análise de sequências de tempos produzidas espontaneamente por crianças (< 4 anos) em completivas finitas. A análise foi levada a cabo numa versão alargada do *corpus* de Santos (2006), que descrevemos sumariamente na tabela 1.<sup>4</sup> Cada ficheiro incluído no *corpus* corresponde à transcrição de uma sessão de recolha em vídeo com cerca de 45-50 minutos; a transcrição foi feita em formato CHAT (MacWhinney, 2000) e inclui quer a fala produzida pela criança quer a fala produzida pelos adultos durante a sessão.

Criança	Idade	MLUw	Nº de ficheiros
INI	1;6.6-3;11.12	MLUw 1.5-3.8	21
TOM	1;6.18-3;0.22	MLUw 1.2-3.3	21
INM	1;5.9-2;9.3	MLUw 1.3-1.95	16

Tabela 1 – *Corpus* de produção de Santos (2006), versão alargada.

O *corpus* aqui descrito foi manualmente anotado para todas as ocorrências de completivas finitas, incluindo as de Indicativo e as de Conjuntivo. Os dados que puderam ser extraídos do *corpus* foram, então, anotados quanto às sequências de tempos que exibiam, considerando-se obviamente apenas os casos em que os verbos eram perceptíveis e tinham sido transcritos. Sabíamos já que as primeiras ocorrências do complementador *que* que introduz uma completiva finita se observavam nos dados aos 2;1.7 (TOM), 2;1.10 (INI), 2;6.19 (INM); nos casos de TOM e de INI, há mesmo um grande intervalo de tempo entre a primeira e a segunda ocorrência, verificando-se a segunda ocorrência aos 2;5.23 (TOM) e aos 2;8.23 (INI) (veja-se Santos, 2006). Na verdade, as primeiras ocorrências são os casos reproduzidos em (27), que, obviamente, não permitem análise quanto a sequências de tempos.

- (27) a. TOM: xxx [//] # acho que sim. TOM (2;1.7)  
 b. INI: a(cho) que não .  
 INI (2;1.10)

Assim, as primeiras completivas finitas analisáveis estão apenas disponíveis a partir dos 2;5, tendo sido identificadas 37 ocorrências na amostra agora em estudo. A análise desses casos teve em consideração que é necessário ter na subordinada um tempo cujo PPT seja o intervalo em que se localiza a situação matriz.

<sup>4</sup> Esta versão alargada inclui os 52 ficheiros iniciais de Santos (2006), bem como outros recolhidos pela mesma autora, e está a ser desenvolvida para o projeto *Completivas na Aquisição do Português*, no CLUL. Os dados de INI incluídos em Santos (2006) foram recolhidos por Maria João Freitas (Freitas, 1997). Note-se que os dados considerados neste artigo incluem apenas os novos ficheiros cuja transcrição e anotação se encontrava estabilizada até à data e são, por isso mesmo, resultados preliminares, a completar através da análise de um *corpus* mais alargado, ainda em preparação.

A análise dos dados permite duas conclusões quanto à possibilidade de DT: (i) a maioria dos casos exhibe tempos dêiticos, permitindo, portanto, manter  $t_0$  como PPT da encaixada, não havendo DT; (ii) apenas um número reduzido de ocorrências, mais tardias, exhibe indiscutivelmente DT.

Na verdade, 57% dos casos observados (21/37) são completivas em que a forma verbal da frase superior está no Presente (veja-se (29) e (30)). Destes, 16 são casos com Presente na matriz e Presente na encaixada (como (29)); outros 5 casos exibem Presente na matriz e outro tempo verbal na encaixada (é o caso de (30)). Nos casos como (29), o PPT é  $t_0$ ; em casos como (30), 3 dos 5 casos de combinação de Presente na matriz e outro tempo na encaixada, a situação descrita pela encaixada tem também  $t_0$  como PPT. Temos, assim, uma maioria de ocorrências de tempos dêiticos, que resultam numa maioria de casos em que  $t_0$  se qualifica como PPT relevante.

(29) INI: não # eu ach(o) qu(e) é um menino e uma menina. INI (3;0.15)

(30) INI: eu ach(o) qu(e) ela vai chorar. INI (3;0.15)

Há ainda dois casos de Presente na matriz e um tempo na encaixada que não tem como PPT  $t_0$ , que completam o conjunto de casos com Presente na matriz e outro tempo na encaixada (veja-se (31) e (32)). Estes dados, um pouco mais tardios, mostram já a possibilidade de definir um PPT diferente de  $t_0$ ; no entanto, não provam DT, visto que a interpretação do tempo da encaixada, nestes casos, toma como PPT um tempo discursivamente definido.

(31) INI: não acham # qu(e) ele ia assim com (u)ma cara? INI (3;4.6)

(32) INI: eu ach(o) qu(e) el(e) ia era cai(r) dali de cima. INI (3;4.6)

Apenas em três enunciados produzidos por uma das crianças (reproduzidos em (33) a (35)) podemos argumentar a favor da existência de DT: nestes casos, com Pretérito Imperfeito ou Pretérito Perfeito na matriz e Pretérito Imperfeito (tempo anafórico) na encaixada, a interpretação aponta para que se tome o tempo da matriz como PPT da encaixada.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> As outras combinações de tempos que encontramos nos dados são, por exemplo, Imperativo+Presente (cf. (i)) ou Infinitivo+Presente (cf. (ii)), bem como alguns casos com auxiliar omissivo ou difícil de analisar.

(i) INI: <ond(e) é que> [/]/ # vê lá s(e) eu tenho # alguma p(a)ra eu pôr num saquinho destes.

INI (3;10.1)

(ii) INI: a ver se (es)tá igual.

INI (3;10.1)



- (33) INI: mas o rei qu(e)ria qu(e) a filha casasse com um príncip(e). INI  
(3;11.12)
- (34) INI: ele disse que não podia dar. INI (3;4.6)
- (35) INI: papá disse qu(e) er(a) um te(r)mómetro. INI (3;0.15)

Assim, há alguma evidência de que as crianças observadas conseguem estabelecer relações de dependência temporal em completivas finitas. No entanto, essa evidência não é colhida nem nos dados de todas as crianças nem nas primeiras ocorrências de orações completivas finitas (produzidas antes dos 3;0). Adicionalmente, verifica-se uma maior frequência de tempos dêiticos, que tomam  $t_0$  como PPT. Este facto pode dever-se à própria situação discursiva criada na maioria das sessões, muito centrada no *eu-aqui-agora*, mas pode também assinalar uma eventual impossibilidade de processar DT, logo, aquisição ainda incompleta, desse ponto de vista, de subordinação completiva. Relembramos que, como afirmámos anteriormente, no caso da sequência PRES+PRES pode não ser evidente que haja obrigatoriamente DT, pelo que esperamos avaliar estas hipóteses, por agora deixadas em aberto, em trabalho futuro.

Finalmente, procurámos nos dados ocorrências de Pretérito Perfeito+Pretérito Perfeito ou Pretérito Mais que Perfeito, com o intuito de avaliar a sua distribuição: neste caso, uma distribuição de acordo com a gramática-alvo implicaria a impossibilidade de ocorrência desta sequência de tempos em casos em que o verbo matriz tem OT especificada e exige uma leitura da encaixada como posterior ao tempo da matriz. Não há, no entanto, combinações de tempos deste tipo nos dados analisados, pelo que, por agora, deste ponto de vista não é possível concluir sobre a sensibilidade das crianças a este tipo de restrição.

Do mesmo modo, não há nos dados combinações de PAS+PRES, não sendo possível avaliar com base nestes dados a sensibilidade das crianças às restrições semânticas à sua ocorrência.

No entanto, estas duas restrições a sequências de tempos específicas são determinadas lexicalmente, associadas à semântica lexical do verbo matriz. É esperado que o que decorre de aquisição lexical venha a emergir mais tardiamente do que o que, como DT, decorre de uma possibilidade geral da gramática (subordinação completiva). Por outro lado (ou complementarmente), assumindo nós que o processo de aquisição não conta com o acesso a evidência negativa, é razoável que as crianças comecem por produzir sobretudo combinações possíveis com todos os verbos e só depois venham a adquirir, com base em evidência positiva, as combinações lexicalmente restritas. Contamos avaliar estas hipóteses

em trabalhos futuros, partindo de uma base de dados mais extensa e de trabalhos experimentais.

#### 4. Considerações finais

Com este trabalho, procurámos, por um lado, aprofundar o conhecimento sobre as sequências de tempos em estruturas de complementação finita em português e, por outro, explorar dados que possam trazer alguma luz acerca do processo de aquisição de estruturas de complementação frásica.

Relativamente ao primeiro ponto, que tem sido central num vasto corpo de literatura sobre a sintaxe e a semântica do Português, procurámos mostrar que a questão das sequências de tempos é independente da distribuição dos modos Indicativo e Conjuntivo e tentámos clarificar os fatores responsáveis pela regulação das sequências de tempos possíveis na frase matriz e na oração completiva finita.

No âmbito da aquisição, os dados preliminares que observámos permitem levantar hipóteses sobre aquisição da subordinação completiva, nomeadamente no que diz respeito à possibilidade de dependência temporal. Esses dados apontam para uma fase inicial do processo de aquisição em que parece haver preferência pelo uso de tempos que têm  $t_0$  como PPT, só mais tarde ocorrendo casos de evidente dependência temporal entre as frases subordinada e matriz. Como foi dito, trata-se de dados preliminares, de produção espontânea e em contextos situacionais específicos, mas que apontam para pistas que podem ser seguidas em trabalhos futuros.

#### Referências

- Ambar, M. (1992) Temps et structure de la phrase en portugais. In Hans Obenhauer e Anne Zribi-Hertz (orgs.) *Structure de la phrase et Théorie du Liage*. Saint-Denis: Presses Universitaires de Vincennes, pp. 29-49.
- Cunha, L.F. e Silvano, P. (2006) A interpretação temporal dos infinitivos em orações completivas de verbo. In Fátima Oliveira e Joaquim Barbosa (orgs.) *Textos Seleccionados do XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 303-314.
- Duarte, I.; Gonçalves, A. & Santos, A. L. (2012) Infinitivo flexionado, independência temporal e controlo. In Armada Costa, Cristina Flores e Nélia Alexandre (orgs.) *Textos*

- selecionados do XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 217-234.
- Freitas, M. J. (1997) *Aquisição da estrutura silábica do Português europeu*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Gennari, Silvia P. (2003) Tense Meanings and Temporal Interpretation. *Journal of Semantics* 20, pp. 35-71.
- Gonçalves, A.; Cunha, L. F. & Purificação S. (2010) Interpretação temporal dos domínios infinitivos na construção de reestruturação do Português europeu. In Ana Maria Brito, João Veloso e Alexandra Fiéis (orgs.) *Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: APL, 435-447.
- Heim, Irene (1992) Presupposition projection and the semantics of attitude verbs. *Journal of Semantics* 9 (3), pp. 183-221.
- Hollebrandse, B. (2000) *The acquisition of sequence of tense*. PhD diss., U. Mass.
- Hollebrandse, B.; Denis Delfiito, Angeliek van Hout & Andréa de Vroeg (2001) Italian sequence of tense: Complementation or imperfectivity? In Anna H.-J. Do, Laura Domínguez e Aimee Johansen (orgs.) *Proceedings of the 25th Annual Boston University Conference on Language Development*. Somerville: Cascadilla Press, pp. 343-352.
- Kempchinsky, P. (1990) Más sobre el efecto de referencia disjunta del Subjuntivo. In Ignacio Bosque (org.) *Indicativo y Subjuntivo*. Madrid: Ediciones Taurus, pp. 234-258.
- Kiparsky, P. & Kiparsky C. (1971) Fact. In Danny Steinberg e Leon Jakobovits (orgs.) *Semantics. An interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 345-369.
- MacWhinney, B. (2000) *The CHILDES project: Tools for analyzing talk*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Marques, R. (2010) Sobre a semântica dos tempos do conjuntivo. In Ana Maria Brito, João Veloso e Alexandra Fiéis (orgs.) *Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: APL, pp. 549-565.
- Meireles, J. & Eduardo R. (1983) Subjunctives and disjoint reference in Portuguese: Some implications for the Binding Theory. Comunicação apresentada ao I<sup>er</sup> Colóquio Internacional de Linguística Teórica i Llengües Romàniques. Sitges.
- Meireles, J. & Raposo E. (1992) Tense and Binding Theory in Portuguese. In Donaldo Macedo e Dale Koike (orgs.) *Romance Linguistics. The Portuguese Context*. Westport, Connecticut: Bergin & Garvey, pp. 67-86.

- Oliveira, F. (2008) Sobre os tempos do Conjuntivo. In Fátima Oliveira e Isabel Margarida Duarte (orgs.) *O Fascínio da Linguagem. Actas do Colóquio de Homenagem a Fernanda Irene Fonseca*. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto, pp.109-118.
- Raposo, E. (1985) Some asymmetries in the Binding Theory in Romance. *The Linguistic Review* 5 (1), pp. 75-110.
- Raposo, E. (1987) Case Theory and Infl-to-Comp: The inflected infinitive in European Portuguese. *Linguistic Inquiry* 18 (1), pp. 85-109.
- Santos, A. L. (2006) *Minimal answers. Ellipsis, Syntax and discourse in the acquisition of EP*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Silvano, P. (2002) *Sobre a semântica da sequência de tempos em Português europeu. Análise das relações temporais em frases complexas com completivas*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho.
- Suñer, M. & Padilla-Rivera, José (1990) Concordancia temporal y Subjuntivo. In Ignacio Bosque (org.) *Indicativo y Subjuntivo*. Madrid: Ed. Taurus, pp. 185-201.
- Zubizarreta, M. L. (1982) Theoretical implications of subject extraction in Portuguese. *The Linguistic Review* 2 (1), pp. 79-96.